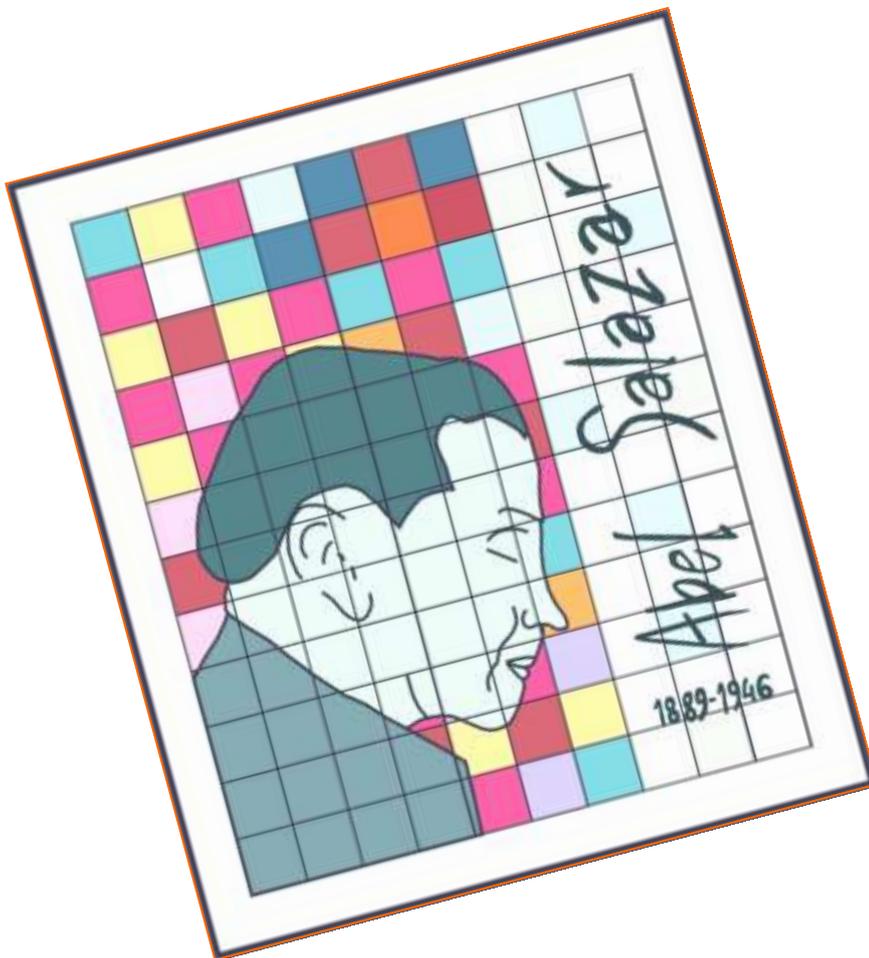
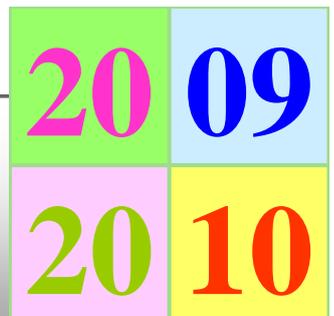




AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ABEL SALAZAR - RONFE (150812)



AVALIAÇÃO EXTERNA
EXERCÍCIO DO DIREITO AO CONTRADITÓRIO



Na sequência da recepção do relatório de Avaliação Externa das Escolas realizada neste agrupamento (Agrupamento Vertical de Escolas Professor Abel Salazar, Ronfe, Guimarães) nos dias 6, 7 e 8 de Janeiro de 2010, e após a leitura e análise do mesmo, a Direcção, ouvidos vários intervenientes naquele processo, reconhece em primeiro lugar que, globalmente, o relatório de avaliação, agora, recepcionado surge como um documento estruturalmente positivo que reconhece as qualidades deste agrupamento de escolas e dá uma visão descomplexada da sua realidade educativa, tornando-se, por isso, um bom suporte para orientar, consolidar e ampliar a reflexão interna que, desde sempre é prática deste agrupamento, e um bom indicador para delinear melhorias nos diferentes domínios que enformam o agrupamento e as escolas e jardins que o integram. De resto, e nos termos dos objectivos desta avaliação externa, assume-se como uma verdadeira oportunidade de melhoria que contribuirá de forma decisiva para que se cumpra com “ambição” do Projecto Educativo deste Agrupamento de Escola, “A Edificação de uma escola de excelência e de Sucesso Educativo”.

No entanto, tal não impede que discordemos da avaliação efectuada em alguns dos domínios em verificação, já que o citado relatório não transmite a total realidade das situações levando à sua subavaliação, nomeadamente nos domínios da **prestação do serviço educativo**, da **organização e gestão escolar**, da **liderança** e da **capacidade de auto-regulação e melhoria**, avaliados com a menção qualitativa de **BOM**, quando na realidade, e tendo em conta até o teor do citado relatório e da escala de avaliação, deveriam ter sido avaliados com a menção qualitativa de **MUITO BOM**.

Nesta conformidade, e no exercício do direito ao contraditório, vimos por este meio proceder aos seguintes esclarecimentos ou fundamentações:

Ponto 2. Prestação do serviço educativo

O relatório da Avaliação Externa considera como **um dos pontos fracos** “a debilidade da supervisão e acompanhamento da prática lectiva em sala de aula” e, ainda, “a fragilidade das práticas de articulação curricular e a menor valorização das ciências nos diferentes ciclos”. No que respeita à primeira questão, aquela debilidade fundamenta-se, nos termos do relatório no facto de, aquele acompanhamento, ser “pontual e pouco formalizado” já que se “concretiza, essencialmente, ao nível da elaboração de instrumentos comuns, como fichas e grelhas de avaliação, ou a prestação de contas relativamente ao cumprimento das planificações”. Apraz esclarecer que as adjectivações “pontual” e “pouco formalizado” não traduzem a realidade e o procedimento implementado neste agrupamento já que os instrumentos daquela supervisão e acompanhamento estão devidamente formalizados e são prática sistemática neste agrupamento conforme consta das actas das diferentes estruturas de orientação educativa e de supervisão pedagógica, das grelhas e modelos em uso e que o documentam e traduzem, bem como das monitorizações periódicas em prática relativamente a esta matéria. Nesta conformidade, todo o trabalho de planificação, realização e desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem é concretizado nas diferentes estruturas de orientação educativa e de supervisão pedagógica, em articulação, onde, para além disso, são definidas as estratégias de acompanhamento e de supervisão. De resto, o citado relatório reconhece o carácter formal e sistemático deste procedimento ao enfatizar que o “Conselho Pedagógico define, com base em propostas emanadas dos diversos grupos de trabalho constituídos no seu seio, as orientações em matéria de situações de supervisão e acompanhamento, desencadeando-se, a partir daí, as medidas necessárias para superar as dificuldades identificadas”. E acrescenta o mesmo relatório “... encontra-se instituída a prática de cada docente enviar aos respectivos coordenadores de departamento as grelhas com as diferentes ponderações para avaliação dos alunos, assim como a prática de elaboração das fichas de avaliação mensais ser elaborada por cada docente e a trimestral ser comum a todos os docentes do ano.” Mais reconhece, ainda, “... encontra-se, (...), instituída a prática de adaptação, à respectiva turma, das planificações trimestrais e anuais, elaboradas ao nível das subcoordenações”. E finaliza aquele relatório reconhecendo que “trimestralmente é feito o ponto da situação relativamente ao cumprimento ou não das planificações (desde a educação pré-escolar até ao 9º ano) ”.

Para além disso, a equipa de avaliação externa evidencia que a organização do trabalho dos docentes nos departamentos curriculares em coordenações de ano (1.º ciclo) e subcoordenações por área disciplinar (2.º e 3.º ciclos), é entendida pelos diferentes membros como um elemento facilitador da articulação, logo também, acrescentamos nós, que uma

coisa pressupõe a outra como uma evidência, do trabalho em equipa, da partilha de documentos e da elaboração conjunta de instrumentos de avaliação. Ora, tudo isto, não são senão elementos facilitadores do conhecimento e acompanhamento da prática lectiva de cada docente. Ou seja, em sede de reuniões de departamento e/ou Subcoordenação, a elaboração das planificações, a monitorização do cumprimento dos programas, com o levantamento das situações de incumprimento e a identificação dos constrangimentos impeditivos para a definição de estratégias comuns de remediação, o facto de se estabelecer e debater os critérios de avaliação, a implementação de medidas e estratégias de recuperação, a reformulação de práticas lectivas no sentido dum maior ajustamento de actuações, constituem procedimentos de acompanhamento da prática lectiva de cada docente, sendo registado o trabalho desenvolvido nas actas, modelos e grelhas das diferentes estruturas de orientação educativa e de supervisão pedagógica. Mais, este trabalho é reforçado e consolidado, mensalmente nas reuniões ordinárias de Conselho Pedagógico.

Estes factos contradizem, ou no mínimo, teriam forçosamente de desvalorizar, o que “... os diversos intervenientes nos painéis...” reconheceram “... em termos práticos, são muito pontuais as situações de acompanhamento feitas pelas coordenações dos departamentos curriculares e conselhos de turma na sequência da constatação de fragilidades ou necessidades de apoio por parte de docentes”.

Tanto mais que, relembramos, os painéis que a este propósito foram constituídos integravam mais de 50% de professores novos no agrupamento. É que em resultado do concurso de professores realizado para o ano lectivo de 2009/2010 este agrupamento, no presente ano lectivo, verificou uma mobilidade do corpo docente superior a 50%. Há escolas que viram a totalidade do corpo docente renovado, o que colocou, e coloca ainda, a necessidade dos novos professores se integrem e adaptem à organização e dinâmica própria do agrupamento. Este facto, só por si, só pode ter condicionado o “testemunho” dos docentes que integravam o referido painel relativamente a estas práticas e procedimentos.

No que respeita à segunda questão, aquela “fragilidade” fundamenta-se na “debilidade” das “...práticas de articulação curricular e partilha de instrumentos entre os 1º e 2º ciclos” e na “menor valorização do ensino experimental das ciências nos diferentes ciclos”, no entanto, reconhece o trabalho realizado, nomeadamente “... ao nível da informação que é transmitida através dos projectos curriculares de turma, das reuniões entre os titulares de turma e os conselhos de turma ou do trabalho realizado com os docentes das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Relembramos, conforme acima transcrevemos, que é entendida pelos diferentes membros que “a organização do trabalho dos docentes nos departamentos curriculares em coordenações de ano (1º ciclo) e subcoordenações por áreas disciplinares (2º e 3º ciclos), como elemento facilitador da articulação.

É, ainda explicito no citado relatório que “... a proximidade e (...) a partilha de espaços facilitam um trabalho de articulação já consolidado entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo, que se tem concretizado, de forma mais sistemática, no processo de transição das crianças para o ensino básico. Esta concretização passa pela realização de actividades comuns organizadas a partir das reuniões mensais do *Conselho de Escola* (estrutura na qual participam todos os docentes de uma unidade educativa e um representante dos encarregados de educação)...” e aqui, importaria acrescentar que esta articulação do pré-escolar e 1.º ciclo ocorre sobretudo na Coordenação do 1.º ano, facto não referenciado no relatório, na transmissão de informação constante de relatórios sobre as crianças a transitar. Apesar de não ser assumida por todas as unidades educativas, existem práticas de partilha de informação, conhecimento e contacto com a Escola-sede por parte dos alunos do 4º ano, existindo também e este de forma generalizada, um trabalho de articulação entre os docentes do 4º ano e as equipas pedagógicas das turmas a que os alunos irão pertencer no 5º ano, bem como entre os docentes do 1º ciclo e os docentes de Língua Portuguesa e Matemática, muito em resultado dos projectos de dimensão nacional em que, nessas áreas, o Agrupamento se encontra envolvido” Mais acrescenta que “... a articulação entre as diferentes unidades educativas da educação pré-escolar e do 1º ciclo é assegurada nas reuniões mensais do *Conselho de Coordenadores de Estabelecimento* (estrutura em que participam todos os coordenadores e encarregados de estabelecimento)”. Para além disso, já o destacamos, está expresso no relatório que “...O trabalho dos departamentos curriculares funciona em grande grupo (reuniões plenárias) e pequeno grupo (reuniões sectoriais). Esta opção organizativa dos departamentos curriculares em coordenações de ano (1º ciclo) e em subcoordenações por áreas disciplinares (2º e 3º ciclos) é entendida, pelos diferentes actores, como elemento facilitador da articulação, seja porque

possibilita um trabalho de maior objectividade, resolvendo questões concretas da planificação de actividades, seja pela maior rentabilidade do trabalho realizado com grupos de menor dimensão”.

Importará, por isso, esclarecer que, quando reconhecemos como fragilidade do agrupamento a articulação e partilha de instrumentos (mesmo ao nível do resultado da avaliação interna), não o fazemos porque esta seja uma área menos trabalhada, ou à qual tenhamos dado menor atenção, ou, ainda, menos conseguida e com menor eficácia, fazemo-lo porque acreditamos que apesar do muito trabalho já realizado é possível fazer mais e melhor, fazemo-lo porque, entendemos que se ainda formos melhores na articulação, os bons resultados académicos já alcançados poderão ser ainda melhores e isto, apesar, do contexto sócio-económico do agrupamento. Acreditamos que o trabalho de articulação realizado neste agrupamento, e descontando a imodéstia, é muito bom. É por isso, que os nossos esforços se concentram actualmente nesta questão. E é também, por isso, que a equipa de avaliadores, reconhece no relatório que “...é evidente o esforço no sentido de ultrapassar as fragilidades encontradas que se concretiza, nomeadamente no envolvimento de um amplo número de docentes e não docentes em comissões diversas como a de *Avaliação e de acompanhamento da reorganização curricular, Articulação dos ciclos de ensino e anos de escolaridade* ou a de *Coordenação das ofertas formativas*, entre outras. A passagem dos projectos curriculares de turma do 4º ano para o conselho de turma do 5º ano é uma prática que facilita a sequencialidade entre ciclos ...”. Ora, este reconhecimento é, também, ele, o reconhecimento do valioso trabalho de articulação já realizado. Por isso, ainda, é que ousamos dizer que não se percebe, porque não se vê o fundamento, a afirmação inserta no relatório segundo a qual “... se bem que esta sequencialidade é menos sustentada entre os 2º e 3º ciclos.” Tanto mais que logo de seguida é explícito no mesmo relatório que “ há políticas de acompanhamento e integração dos alunos que, na transição entre o 1º e 2º ciclos passam pelo apadrinhamento dos discentes que, pela primeira vez, frequentam a Escola-sede que é feito pelos alunos do 9º ano ou pelo acompanhamento vocacional que é feito aos alunos a partir do oitavo ano”.

Para além disso, o reconhecimento de que “existe coerência naquilo que à oferta formativa do Agrupamento diz respeito, fruto de um trabalho articulado que envolve vários elementos da comunidade, nomeadamente através da comissão de Coordenação das ofertas formativas que agrega docentes e não docentes (encarregados de educação e psicóloga); de que “a dimensão da valorização dos saberes e da aprendizagem é trabalhada no âmbito da dinamização da biblioteca escolar, na adesão aos programas nacionais e projectos como a Educação para a Saúde e Eco-Escolas, ou na dinamização de sessões temáticas como a sexualidade e a alimentação, através das quais se procura trabalhar a prevenção de comportamentos de risco e ampliar a sensibilização para a necessidade de mudança de atitudes e comportamentos”, reforça a ideia daquele trabalho de articulação. Tem sido um trabalho muito bem conseguido e disso são reflexo os resultados escolares alcançados nos 3 últimos anos.

“Os alunos do Agrupamento têm alcançado, nos últimos anos, resultados nas avaliações externas (provas de aferição e exames do 9º ano) que se situam acima dos nacionais. Assim, em termos de provas de aferição do 1º ciclo, a percentagem de níveis positivos situa-se, nos últimos três anos, acima da verificada a nível nacional, em Língua Portuguesa (respectivamente 3,4%, 3,4% e 4,2%) e em Matemática (respectivamente 6,3%, 4,8% e 8,5%). Situação idêntica verifica-se no 2º ciclo, em que os alunos obtêm a Língua Portuguesa percentagens de níveis positivos sempre acima dos valores nacionais (respectivamente 1,3%, 4,9% e 0,9%) e a Matemática, nos dois últimos anos (respectivamente 9,3% e 7,6%). Quanto aos resultados dos exames de 9º ano, os alunos obtêm percentagens de níveis positivos acima dos nacionais a Matemática, nos três últimos anos, enquanto que a Língua Portuguesa, depois de dois anos com resultados abaixo do verificado a nível nacional, conseguem, em 2009, situar-se 6,9% acima daquele valor. No que se refere às taxas de transição/conclusão, os resultados apresentam-se acima das nacionais no 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 7.º e 8.º ano e abaixo no 1.º, 5.º e 9.º (respectivamente 0,1%, 0,8% e 4,6%)”.

Quanto ao facto de ser relevado no relatório “...a menor consistência na aposta do ensino experimental das ciências apesar da existência de laboratórios na Escola-sede e de equipamentos adequados para a sua prática no 1º ciclo”, e embora desconhecendo o fundamento para tal relevância, já que o mesmo não consta do relatório, importará esclarecer que o ensino experimental das ciências é prática recorrente neste agrupamento, seja pelo investimento permanente que o agrupamento faz no apetrechamento e reequipamento dos laboratórios, seja pelas opções pedagógicas feitas, nomeadamente na constituição de turmas desdobradas no 3.º ciclo para possibilitar o ensino experimental das ciências, seja pela elaboração dos horários que

possibilitem que as actividades lectivas do 2.º e 3.º ciclo das disciplinas de ciências naturais, ciências da natureza e ciências físico-químicas decorram nos laboratórios e salas específicas, seja ainda, pela envolvência dos professores do primeiro ciclo no Programa de Formação em *Ensino Experimental das Ciências*, seja pelos projectos em que este agrupamento de escolas está envolvido. Importará, ainda, esclarecer que existem “kits” de ciências para trabalho específico do 1.º ciclo em sala de aula e que o número de requisições efectuadas demonstra que esta área é uma área bastante explorada pelos professores titulares no 1.º ciclo.

Pelo exposto, cremos que neste domínio, e no que respeita a este agrupamento de escolas, predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Ponto 3. Organização e gestão escolar

O relatório da Avaliação Externa não identifica qualquer **ponto fraco** neste domínio, aponta sim **alguns aspectos menos conseguidos**, mas que no nosso entendimento não põem em causa a **organização e a gestão escolar**. Pelo contrário, ao reconhecer que “os documentos estruturantes do Agrupamento apresentam-se articulados entre si e definem, de forma clara e coerente, as opções pedagógicas a seguir, tendo em conta as problemáticas que o contexto escolar apresenta” e que aquelas problemáticas, os planos de acção, bem como as metas a alcançar “... estão identificadas e assumidas pelo Projecto Educativo cujo enfoque é a melhoria dos resultados escolares dos alunos...”, “... sendo o Plano Anual de Actividades um dos veículos da sua operacionalização”, demonstra claramente a eficácia da organização e gestão escolar. De resto, o mesmo relatório concretiza esta ideia ao explicitar que “os Projectos Educativo e Curricular do Agrupamento, bem como o Plano Anual de Actividades apresentam-se articulados entre si e definem, de forma clara e coerente, as opções pedagógicas a seguir tendo em conta as problemáticas que o contexto escolar apresenta”. É, ainda, explicitamente expresso que “O Projecto Educativo orienta-se para a melhoria do sucesso educativo...”, que “...Identifica as prioridades e as metas a alcançar...”, que “... preconizando a aplicação dum conjunto de estratégias, reajustadas ao longo do ano lectivo, de acordo com a informação obtida através das reuniões de conselhos de turma, dos professores titulares de turma, directores de turma, de departamentos curriculares e respectivas subestruturas”.

Para além disso reconhece que “... o Plano Anual de Actividades é, simultaneamente, um plano de pormenor e de conjunto, dado que se estrutura em torno de uma dupla dimensão: a dimensão da participação dos alunos na vida do Agrupamento, através da indicação das múltiplas actividades e projectos que se encontram previstas, e a dimensão organizativa do trabalho dos órgãos de direcção, administração e gestão, bem como das estruturas de coordenação e supervisão”.

Por outro lado, consta do relatório que “a Direcção conhece as competências dos docentes e não docentes, gerindo os recursos de acordo com as necessidades” e que “a distribuição de serviço tem por base a experiência profissional e o perfil do docente, a continuidade pedagógica (excepto em situações em que tal se revele pouco benéfico para os alunos), as necessidades de cada escola, assim como a cobertura plena de todos os tempos lectivos”, práticas e políticas que garantem a eficácia da organização e a rentabilidade dos recursos humanos, como de resto é atestado pelo referido relatório face às dificuldades externas criadas, nomeadamente no que respeita à mobilidade do pessoal docente, à sobrelotação da escola sede, à longevidade do parque escolar, etc.. É esta organização e gestão que garante o cumprimento das metas e objectivos do agrupamento, a promoção do sucesso educativo e o combate ao abandono escolar conforme o demonstram os resultados alcançados pelo agrupamento nos 3 últimos anos.

Os aspectos menos conseguidos apontados como o facto de não surgirem suficientemente evidenciados os contributos de cada departamento curricular, de cada disciplina ou área disciplinar para o alcance das metas, os reparos sobre o funcionamento dos serviços reflectidos no relatório da avaliação interna, as dificuldades no acesso aos equipamentos instalados na Escola-sede, sendo evidente a escassez de recursos pedagógicos e didácticos na maioria das escolas do 1º ciclo, importará esclarecer que, os contributos de cada departamento curricular, de cada disciplina ou área disciplinar para o alcance das metas estão expressos e são explícitos nos próprios regimentos internos de cada uma daquelas estruturas, fazem parte das tarefas e

funções de cada uma delas e são estabelecidas, orientadas e monitorizadas pelos órgãos de cúpula, nomeadamente o Conselho Pedagógico e o órgão de direcção e de administração. No que respeita aos reparos de funcionamento de serviços, importará esclarecer que a gestão daqueles se faz tendo em conta os recursos disponíveis e as exigências que são colocadas ao agrupamento. A escassez e falta de pessoal – assistentes operacionais - impediram outras formas de organização dos serviços prestados. Em todo caso, importará reconhecer que nem sempre as exigências, ou a identificação de falhas correspondem a factos, mas apenas a vontades individuais ou de classe.

Pelo exposto, cremos que neste domínio, e no que respeita a este agrupamento de escolas, predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Ponto 4. Liderança

À semelhança do ponto anterior, o relatório da Avaliação Externa não identifica qualquer **ponto fraco** neste domínio, e mesmo aquilo que eventualmente poderia ser apontado como um ponto menos conseguido, nomeadamente a preocupação manifestada no relatório de que “... a existência de múltiplos objectivos pode conduzir a alguma dispersão de metas, o que dificulta a mobilização conjunta de esforços num mesmo sentido”, é apenas uma eventualidade não um facto, falta comprovação de que aquela eventualidade produza o efeito negativo em preocupação. Em todo caso, relembramos que o projecto educativo está no seu 2.º ano de implementação e aquela preocupação não se concretizou. Ou seja, em nenhum momento a existência de múltiplos objectivos conduziu à dispersão de metas ou dificultou a mobilização de esforços. Pelo contrário, os objectivos estão articulados e sequencialidades e visam uma mesma meta promoção do sucesso escolar e combate ao abandono escolar que é a meta por excelência do Projecto Educativo. De resto, os resultados escolares, conforme é reconhecido pelo relatório, confirmam a eficácia daqueles objectivos e o cumprimento das metas. O próprio abandono escolar é perfeitamente residual neste agrupamento de escolas.

Assim, é nossa convicção de que neste domínio predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos, e que a menção qualitativa a atribuir deveria ter sido MUITO BOM

Em todo caso, esta pretensão é fundamentada no próprio relatório e na avaliação feita a este domínio, seja em relação à **visão estratégica** ao reconhecer que “a gestão de topo tem uma visão estratégica para o Agrupamento claramente definida nos seus documentos estruturantes”, “ assente na busca de um serviço de qualidade e excelência sintetizada no lema “Fazer pensando e pensar fazendo, rumo a uma escola de excelência e de sucesso educativo”. Para além disso, reconhece que “o Projecto Educativo estabelece prioridades e metas claras e avaliáveis que foram objecto de análise e debate nos diversos órgãos de gestão e estruturas de coordenação e supervisão tendo por base uma análise detalhada dos resultados escolares nos últimos anos”. Acrescenta que “a diversificação da oferta educativa, com a constituição de turmas de cursos de educação e formação e turmas de percursos curriculares alternativos, foi uma resposta à promoção do sucesso educativo e uma medida de prevenção do abandono escolar. A oferta de nível secundário, no âmbito da educação e formação de adultos, com vista à dupla certificação tem sido ajustada de modo a responder a necessidades, previsíveis, do mercado de trabalho no meio envolvente e aos interesses manifestados pelos alunos no âmbito da orientação escolar e profissional”. Esta capacidade de liderança fica ainda mais reforçada naquele relatório ao estabelecer que “o Agrupamento é reconhecido na comunidade local pela diversidade da oferta formativa, pela capacidade de resposta aos alunos com necessidades educativas especiais, pela boa articulação com as instituições locais e pela existência de políticas de orientação educativa, as quais estão espelhadas nos diversos documentos estruturantes”.

Para além disso, a equipa de avaliação reconhece que “ a Direcção promove uma articulação entre órgãos, valorizando a complementaridade de funções, nomeadamente através dos coordenadores de estabelecimento ou dos coordenadores de departamento...” destaca “...a aposta numa comunicação clara e eficaz, que privilegia o correio electrónico institucional como

meio de comunicação regular”, bem como “...a aposta estratégica nas Tecnologias da Informação e Comunicação, como sendo a instalação de projectores multimédia em todas as salas de aula da Escola-sede, a melhoria dos conteúdos da página Web do Agrupamento e a instalação de redes sem fios que permitem o acesso dos alunos à *internet* no espaço escolar”.

Mais reconhece que “...o Agrupamento conta com um vasto conjunto de parcerias protocolos e projectos com entidades locais, o que lhe tem permitido encontrar os apoios de que necessita para melhor prestar o seu serviço educativo e a comunidade local manifesta disponibilidade e motivação para continuar a colaborar activamente com o Agrupamento no desenvolvimento dos seus projectos”.

Seja em relação à **motivação e empenho** ao reconhecer explicitamente que “...as lideranças de topo e intermédias conhecem as suas áreas de acção e estão muito motivadas no desenvolvimento das suas actividades e a comunidade local manifesta disponibilidade e motivação para colaborar estreitamente com o Agrupamento no desenvolvimento dos seus projectos”. Para além disso, ficou claramente patenteado que “...a Direcção promove uma articulação entre órgãos valorizando a complementaridade de funções, nomeadamente através dos coordenadores de estabelecimento ou dos coordenadores de departamento”.

É evidenciado, ainda, que “os diversos elementos da comunidade escolar são envolvidos através de uma comunicação clara e eficaz, que privilegia o correio electrónico institucional como meio de comunicação regular”.

Finalizando que “de um modo geral, o pessoal docente e não docente revela-se empenhado e assíduo, permitindo o desenvolvimento das diversas actividades sem que seja necessário accionar, permanentemente, os procedimentos de substituição”.

Seja em relação à **abertura à inovação**, descontando o advérbio de quantidade “algum” usado no relatório, o facto é que é explícito o reconhecimento da abertura do agrupamento à inovação “...traduzida na procura de respostas educativas adequadas às necessidades dos alunos e da realidade do meio social e económico envolvente como sejam a diversificação da oferta formativa com a constituição de cursos de educação e formação de nível básico e secundário para jovens e adultos, e a constituição de turmas de percursos curriculares alternativos, nos 2º e 3º ciclos”. Neste aspecto refira-se que este agrupamento de escolas tem em desenvolvimento todas as valências que para este nível de ensino é possível ter. Para além disso, e em complementaridade, reconhece, ainda o relatório que “... o projecto de combate ao insucesso escolar, dinamizado pelo Serviço de Psicologia e Orientação e com uma intervenção muito abrangente em todo o Agrupamento, visa dar resposta a problemas persistentes”.

Destaca, ainda, “...a aposta estratégica nas tecnologias da informação e comunicação, como sendo a instalação de projectores multimédia em todas as salas de aula da Escola-sede, a melhoria dos conteúdos da página Web do Agrupamento e a instalação de redes informáticas sem fios que permitem o acesso dos alunos à *Internet* no espaço escolar”, que aliás refira-se a importância destes recursos para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem com recurso às tecnologias da informação e comunicação que demonstram a aposta num carácter inovador de se fazer a escola e a escolarização.

Seja em relação às **parcerias, protocolos e projectos**, conforme explicitamente é reconhecido no relatório ao reconhecer que “o Agrupamento estabeleceu um conjunto significativo de parcerias com instituições e organizações da comunidade local, as quais estão representadas no Conselho Geral, nomeadamente com entidades empregadoras (cabeleireiro, florista, tipografia, entre outras) e com os centros sociais de Ronfe e Brito, para assegurar a formação em contexto de trabalho dos cursos de educação e formação e a prestação de alguns serviços de apoio a alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente..”, reconhecendo, ainda, que o agrupamento “... desenvolve, (...), parcerias significativas com outras instituições, designadamente com a Câmara Municipal, as juntas de freguesia, o Centro de Saúde e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens visando o desenvolvimento integral de todos os seus alunos”, e que “...no âmbito da participação em projectos nacionais destacam-se o Desporto Escolar, a Rede de Bibliotecas Escolares (na EB2,3 e em EB1), o Plano Nacional de Leitura, o Plano de Acção para a Matemática e o Plano Tecnológico que está a permitir reestruturar os equipamentos informáticos disponibilizados na Escola-sede”.

Por estas razões, fica demonstrado que neste domínio a avaliação que melhor traduz a proficiência do agrupamento seria a menção de **MUITO BOM**.

Ponto 5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

O relatório da Avaliação Externa considera como **um dos pontos fracos** “o reduzido impacto do processo de auto-avaliação na elaboração dos planos de melhoria”, importará esclarecer que esta avaliação não considera o trabalho em curso da equipa de avaliação interna. Dito de outro modo, entre a vinda da equipa de avaliação interna e a data de apresentação do relatório de auto-avaliação interna, o tempo decorrido não permitia, nem podia permitir monitorizar aquele impacto, nem o plano de melhoria estava concluído. De resto, a maior parte das oportunidades de melhoria elencadas no relatório de auto-avaliação estavam já consideradas e em desenvolvimento e, isso, não pode, nem deve retirar mérito ao facto do agrupamento ter já concluído (e não iniciado) “...o seu processo de avaliação interna...”. Aliás refira-se que a equipa de avaliação interna foi constituída no ano lectivo transacto integrando docentes e não docentes, e implementou um processo de avaliação interna estruturado e abrangente utilizando o “modelo CAF” (Estrutura Comum de Avaliação). Conforme é referido pela equipa de avaliadores, deste trabalho resultou um relatório de auto-avaliação que identifica os pontos fortes e fracos decorrentes do tratamento e da análise dos inquéritos por questionário. Contrariamente ao que é referido no relatório de avaliação externa, para o efeito, foi auscultada a comunidade exterior, e isso possibilitou conhecer mais detalhadamente os pontos fortes e fracos do Agrupamento e as oportunidades e constrangimentos do contexto em que se insere.

É o próprio relatório da avaliação externa que reconhece que algumas mudanças, no domínio da organização e gestão, decorreram já daquele processo de auto-avaliação, e foi salientado à equipa de avaliadores que o plano de acção de melhoria com carácter coerente e estratégico que permita mobilizar todos os agentes educativos, estava a ser elaborado, e que naquela fase a equipa de avaliadores internos estava a tentar perceber o alcance da informação recolhida, para fazer a opção estratégica, entretanto já concluída e que versará sobre a articulação.

Deste ponto de vista, o relatório ao afirmar que “...o agrupamento esforça-se por conhecer e identificar os seus pontos fortes e fracos...” reconhece a sustentabilidade do processo, e aquilo que é definido no mesmo relatório como “...dificuldade na definição de acções de melhoria que venham colmatar as principais dificuldades diagnosticadas”, não é mais nem menos do que a análise cuidada e rigorosa da informação recolhida na auto-avaliação para o estabelecimento de um plano de acção que, por um lado seja coerente e estratégico, e por outro seja mobilizador de todos os agentes educativos. Em suma, que se constitua como um contributo real e inequívoca para o cumprimento das metas e objectivos insertos no Projecto Educativo.

Nesta conformidade, também estamos convictos de que neste domínio os pontos fracos apontados são apenas aspectos menos conseguidos (e isto pela necessidade do tempo para gerir o resultado da avaliação e integrar os novos professores e assistentes operacionais na dinâmica própria do agrupamento) que em nada poderão por em causa o esforço e trabalho realizado pelo agrupamento neste domínio.

Em todo caso, e malgrado o contraditório agora elaborado, todos os aspectos ou pontos fracos elencados no relatório, contraditados ou não, serão objectivamente por nós interiorizados e constituirão verdadeiras oportunidades de melhoria no sentido da máxima eficácia e eficiência na prestação do serviço público da educação.

Saberemos, ainda, aproveitar “a forte ligação à comunidade local e o empenho e a motivação do pessoal docente e não docente...” e constituir com base neles “...os alicerces para um progresso sustentado.

Aepas, Guimarães, 24 de Março de 2010

O Director

(Silvério Afonso Correia da Silva)